



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Jamille Farias Corrêa dos Santos

**Burocracia educacional e gestão do acesso à Educação Infantil  
no município de Mesquita.**

Orientador: Prof. Dr.  
Rodrigo Rosistolato

Rio de Janeiro  
Março de 2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Burocracia educacional e gestão do acesso à Educação Infantil**  
**no município de Mesquita.**

Jamille Farias Corrêa dos Santos

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rosistolato

Rio de Janeiro

Março de 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Burocracia educacional e gestão do acesso à Educação Infantil**  
**no município de Mesquita.**

Jamille Farias Corrêa dos Santos

Monografia apresentada à Faculdade de Educação  
da UFRJ como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador (a):** Prof. Dr. Rodrigo Rosistolato

---

**Professor (a) Convidado (a):**

---

**Professor (a) Convidado (a):**

---

**Rio de Janeiro, Março de 2018**

*Dedico esta monografia a todas as  
pessoas que sonham e lutam por um mundo  
mais justo, alegre e democrático.*

## **Agradecimentos**

Eu só tenho a agradecer. Primeiramente agradeço a Deus por todo cuidado durante essa caminhada. De nada valeria chegar aqui, hoje, sem reconhecer o afeto, o consolo, o sustento e o imenso amor que Deus me concedeu todos os dias ao longo desses anos. Além disso, diante de todos esses anos repletos de surpresas e descobertas, tive ao meu lado pessoas essenciais, que contribuíram significativamente na realização deste sonho.

Aos meus pais, agradeço toda a atenção e dedicação, mais do que isso, agradeço porque mesmo diante de medos e preocupações, me permitirem voar a fim de alcançar meus objetivos e seguirem ao meu lado, me incentivando a lutar pela realização dos meus sonhos. Obrigada por serem meus primeiros professores, e me ensinarem cotidianamente sobre o amor. O nosso amor transcende!

Aos meus avós, agradeço pelas orações e por intercederem por mim. Á todos os meus familiares: minhas madrinhas, meu padrinho, meus tios e tias, primos e primas, muito obrigada! Vocês são fundamentais na minha vida! Agradeço pela torcida e pelo carinho de sempre!

À minha tia Carlota, à Jacqueline, à minha prima Jéssica e à todos os professores que passaram pela minha vida: obrigada por todo auxílio e por serem exemplos para mim. Desde criança pude observar e conhecer um pouco dos desafios e das alegrias da profissão docente através de vocês.

Ao meu namorado e sempre grande amigo Lucas, obrigada por todo o carinho, compreensão e disponibilidade ao longo de todos esses anos. É muito bom olhar pra trás e perceber que nos dias difíceis e nos dias de sorte, você esteve ao meu lado, segurando a minha mão e me fazendo sorrir.

A todos os meus amigos, que de diferentes maneiras, contribuem significativamente nas minhas conquistas. Agradeço a vocês pelo suporte, pelo carinho e por todos os sorrisos. Vocês tornam a minha vida mais leve e feliz.

Às minhas amigas e companheiras fiéis desde o primeiro período, significa muito tê-las comigo nessa jornada. Agradeço a Deus e a UFRJ por esse encontro. Raianne, Rebeca, Thaianne e Thais, vocês estarão marcadas para sempre em meu coração. A amizade de vocês é um presente!

Ao meu orientador Rodrigo Rosistolato, muito obrigada pela disponibilidade, pelo carinho, atenção e dedicação! Tê-lo como meu orientador só aumentou a admiração que eu já sentia pelo grande professor-pesquisador que você é. Muito obrigada por tudo!

À minha querida orientadora do Projeto CApiano: Refletindo o cotidiano escolar, Sandra Barros, que fez parte da minha trajetória acadêmica e me proporcionou a grande experiência de participar de um grupo de pesquisa, muito obrigada! Carregarei comigo todos os ensinamentos! Você é um grande exemplo pra mim!

À Prefeitura Municipal de Mesquita, à equipe de gestão da creche pesquisada, um agradecimento especial por contribuírem, de inúmeras formas, na realização deste trabalho.

E claro, não poderia deixar de agradecer a todas as crianças, que me fazem sorrir e enxergar o mundo de forma mais bonita. E é dessa forma que desejo seguir, lutando através da educação por um mundo mais justo, alegre e democrático.

Por fim, agradeço a todos que torceram e contribuíram para a conclusão deste trabalho. Finalmente está pronto! Vamos comemorar!

*(...) “As palavras só tem sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos. Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem... O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. Quando a gente abre os olhos, abrem-se as janelas do corpo e o mundo aparece refletido dentro da gente. São as crianças que, sem falar, nos ensinam as razões para viver. (...)” (Rubem Alves)*

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES .....	9
RESUMO .....	10
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I – Políticas de Educação Infantil .....	14
1.1 Política Nacional para a Educação Infantil .....	14
1.2 A Política do Município de Mesquita para a Educação Infantil .....	21
CAPÍTULO II - Metodologia .....	24
CAPÍTULO III O acesso à Educação Infantil no universo pesquisado .....	27
3.1 Conhecendo a instituição e o universo pesquisado.....	27
3.2 O processo para o ingresso das crianças....	29
3.3 O sorteio na instituição pesquisada .....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	41
ANEXOS .....	46



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

COEDI – Coordenação Geral de Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criana e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Mesquita

## **RESUMO**

A proposta deste trabalho monográfico é contribuir para o debate acadêmico acerca do acesso na Educação Infantil. No Brasil, os direitos das crianças foram modificando-se de acordo com as concepções de infância que norteavam cada contexto social. Desse modo, somente com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) a criança de 0 a 6 anos passou a ser reconhecida como um sujeito de direitos e a Educação Infantil passou a ser concebida como a primeira etapa da Educação Básica. No entanto, embora há avanços nas Políticas Públicas de Educação Infantil, esta etapa ainda apresenta desafios no Brasil e em seus municípios. Partindo desta premissa, este estudo de natureza qualitativa, busca descrever o atendimento da educação infantil no município de Mesquita, tendo como base uma creche do município. Para fundamentar esta discussão, a pesquisa foi orientada a partir de aportes teóricos selecionados como referenciais, dentre estes destaco Sônia Kramer, Deise Nunes, Vital Didonet, Flúvia Rosemberg e Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade. A pesquisa consolidou-se através de análise documental, observações etnográficas da instituição e entrevistas em profundidade com a equipe gestora e o grupo docente.

### **Palavras-chave:**

Educação infantil; procedimento de matrícula; acesso; políticas educacionais; gestão; sorteio público.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, os direitos das crianças foram modificando-se de acordo com as concepções de infância que norteavam cada contexto social. Na Modernidade, reconheceu-se que a criança era diferente do adulto, surgindo assim dois sentimentos da infância de acordo com os estudos de Ariés (1896): a *paparição* e a *moralização*. Segundo o teórico, a *paparição* nos remete a pureza e a ingenuidade da criança, já a *moralização* traz a concepção da criança como um ser incompleto. Levando em consideração tais perspectivas, o século XX marcou questionamentos de diferentes áreas, como da Psicologia, da Pedagogia e da Medicina, que trouxeram estudos acerca das etapas da vida infantil e contribuíram na construção da história da infância e da concepção de criança no Brasil.

“A história do atendimento relacionado à educação infantil no Brasil corresponde a múltiplas determinações da reprodução da vida social, visto que as instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção.”  
(ANDRADE, 2010, p.23)

A partir da Constituição Federal de 1988 as crianças no Brasil passaram a ser reconhecidas como sujeitos histórico-sociais de direitos, ressaltando a Educação Infantil como um dever do Estado e um direito da criança. De acordo com Andrade (2010, p.24) “através de movimentos sociais e estudos acerca da infância o reconhecimento da importância da educação das crianças pequenas tem sido intensificado, considerando o seu pleno desenvolvimento”. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 é um marco, que favoreceu a concepção da criança como um ser de direito, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, reconheceu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e segundo Guimarães (2011, p.26) “estabeleceu o vínculo entre o atendimento às crianças pequenas e a educação

Embora com toda a desenvoltura da sociedade e os avanços políticos referentes à Educação Infantil, esta etapa da educação básica ainda revela importantes desafios no

Brasil e em muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Entre esses desafios, vale destacar o baixo índice de atendimento da demanda. Para tanto, em 2015 segundo o observatório do PNE, no Rio de Janeiro, 93,1 % das crianças de 4 a 5 anos estão matriculadas em pré-escolas e escolas que atendem educação infantil. No entanto, em 2015 o observatório do PNE constatou que apenas 32,2% de crianças de 0 a 3 anos tem acesso à educação infantil.

Além disso, Guimarães (2011) afirma que a forma por meio da qual ocorre atendimento na Educação Infantil é ainda realizada de diferentes maneiras nos Estados do Brasil, e conseqüentemente, em seus municípios. Neste sentido, essa pesquisa monográfica tem como foco o atendimento da Educação Infantil no Município de Mesquita, localizado no Estado do Rio de Janeiro. Tendo como base uma creche da rede, buscamos descrever a forma por meio da qual ocorre atendimento da Educação Infantil no município. Sendo assim, a creche pesquisada, localizada no bairro da Chatuba, na qual sou professora, desde de setembro de 2017, foi criada há 15 anos e neste ano de 2018 atende 98 crianças de zero a três anos de idade.

Com base nesta problemática, a proposta deste trabalho é descrever e analisar os procedimentos de matrícula da educação infantil no município de Mesquita. Sendo assim, este trabalho pretende: (i) analisar o que a legislação nacional de ensino descreve sobre o acesso na educação infantil; (ii) analisar o que a legislação do município de Mesquita descreve sobre o acesso na educação infantil; (iii) compreender a perspectiva da gestão e dos professores da instituição pesquisada, acerca do acesso; (iv) compreender os procedimentos de matrícula na instituição.

A proposta desta monografia é decorrente da minha trajetória acadêmica, que se iniciou em 2013, quando ingressei no curso de Pedagogia e comecei a refletir acerca da democratização do acesso à educação de qualidade. No entanto, a escolha por este tema só surgiu quando comecei a trabalhar, em agosto de 2017, como professora de educação infantil na Prefeitura Municipal de Mesquita. Foi quando percebi que nem todas as crianças conseguiam ser atendidas nas creches e pré-escolas de Mesquita.

A vontade de estudar com maior profundidade sobre a temática intensificou-se quando comecei a observar os procedimentos de matrícula no município, e principalmente, a busca por vagas das famílias antes mesmo de iniciar o período de inscrições. Desse modo, ao me aproximar da creche em questão, novas indagações e inquietações acerca do acesso foram surgindo: Como ocorre o processo de matrícula? Quais são as fases desse

processo? A creche recebe alguma orientação da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita? Há alguma legislação específica? Há participação das famílias nesse processo? Existe o “jeitinho brasileiro” no processo de matrículas? Segundo Santarém (2014) “quando se trata do domínio do jeitinho brasileiro a burocracia é considerada o campo de “dar um jeito”.”<sup>1</sup>

Sobre a organização deste trabalho, o mesmo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo traz contribuições acerca das políticas nacionais de educação infantil e das políticas de educação infantil do município de Mesquita. Além disso, o primeiro capítulo busca contextualizar tais políticas, a fim de contribuir com a discussão sobre o tema, visto que é necessário conhecer o contexto histórico em que as políticas de educação infantil foram propostas e implementadas no município analisado.

O segundo capítulo descreve a metodologia utilizada. O terceiro capítulo tem seu conteúdo calcado nas observações etnográficas da creche pesquisada, nas entrevistas em profundidade com a gestão e o grupo docente, nas observações do contato da gestão com as famílias, em estudos de autores do campo de educação infantil e políticas educacionais, dialogando com a legislação e com as políticas nacionais e municipais de educação infantil. Este, divide-se em: 3.1) Conhecendo a instituição e o universo pesquisado; 3.2) Procedimentos de matrícula na instituição; 3.3) O sorteio na instituição pesquisada.

Por fim, as considerações finais descrevem as contribuições que a pesquisa trouxe para o debate e minhas percepções acerca destas. Sendo assim, as considerações finais sintetizam os resultados observados no decorrer da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Roberto DaMatta (1979) compreendeu que no caso de situações concretas, onde há o “código” das relações e da moralidade pessoal, o “jeitinho”, a “malandragem” e a solidariedade como eixo de ação são tomados como vertentes. Para Da Matta, o “jeitinho brasileiro”, intitulado por ele como “sabe com quem está falando?” se aplica a hierarquizar relações sociais. Sendo assim, o “sabe com quem está falando?” desmascara situações e posições sociais. Nesta lógica, a moral da história consiste em confiar sempre em pessoas e relações, nunca em regras gerais ou em leis universais, visto que no Brasil há um estilo de relacionamento íntimo e até descontraído entre as pessoas.

# CAPÍTULO I

## Políticas de Educação Infantil

O presente capítulo tem como objetivo conceituar e analisar o que a legislação descreve sobre o acesso na Educação Infantil. Para tanto, ressaltamos a Política Nacional e a Política do Município de Mesquita referentes a Educação Infantil.

### 1.1 Política Nacional para a Educação Infantil

No Brasil, historicamente, a educação da criança esteve sob responsabilidade exclusiva da família até o final do século XIX. No entanto, segundo Didonet (2001) “mortalidade infantil elevada, desnutrição generalizada e acidentes domésticos passaram a chamar a atenção e despertar sentimentos de piedade e solidariedade de religiosos, empresários e educadores.” Além disso, segundo Guimarães (2012) “as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, seja como empregadas domésticas ou mão-de-obra nas indústrias emergentes nos centros urbanos. Assim, colocou-se a questão: como fazer e o quê fazer com as crianças?”

Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

As primeiras tentativas de criação de instituições de atendimento às crianças eram pautadas, principalmente, no cuidado, com forte vínculo com a assistência social. No entanto, na década de 70 do século passado ainda não se enxergava a criança como um sujeito de direito. Sendo assim, diferentes arranjos institucionais foram sendo adotados, e conforme foi aumentando significativamente a presença da mulher no mercado de trabalho, maior tornava-se também a demanda por atendimento das crianças pequenas. Embora isto acontecesse, pouco se pensava nas especificidades das crianças, ou seja, a criança era concebida como um ser passivo, sem particularidades e sem necessidades específicas. Segundo Osteto (2000) acreditava-se que a criança não sabia se expressar e esperava somente pelo atendimento do adulto, desse modo, “em termos de concepção de

educação infantil é possível perceber uma perspectiva de uma “função guardião” atribuída às primeiras instituições escolares, onde eram consideradas locais de cuidado e “depósito” de crianças.” (OSTETO, 2000, p.184)

De acordo com Nunes (2009):

“A relação entre a educação infantil pública e o mundo político fundamenta-se nas determinações sócio históricas que ocorrem dentro de um emergente padrão de proteção social - o surgimento de creches e pré-escolas - destinado às classes trabalhadoras, sob determinada forma de apreensão ideológica e cultural, especialmente dirigida às mulheres trabalhadoras e a seus filhos pequenos”.

Neste sentido, podemos ressaltar que a história da Educação Infantil no Brasil é marcada por uma intensa articulação entre políticas educacionais e demandas sociais. Kramer (2006) destaca que, até meados de 1970, às políticas educacionais referentes a educação infantil tinham em vista o caráter compensatório, com o intuito de compensar defasagens afetivas, carências culturais e deficiências linguísticas. Paschoal (2009), por sua vez, afirma que em 1970 pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino, somente na década de 80, do século passado, o objetivo de diferentes setores da sociedade, como pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, organizações não-governamentais e outros, tornou-se garantir à criança uma educação de qualidade desde o seu nascimento. Com isso, a partir da década de 80, do século passado, com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, é notório o avanço das políticas referentes à educação infantil, que começaram a reconhecer a criança como sujeito de direito, produtor de cultura, capaz de estabelecer múltiplas relações.

Diante de debates acerca da perspectiva da criança, determinou-se que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: *IV: “[...] oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”*, a partir da inclusão do inciso IV, no artigo 208 da Constituição Federal de 1988. Desse modo, as creches e pré-escolas deixaram de ser vistas apenas como instituições assistencialistas e passaram a ser conhecidas como instituições que desenvolvem um trabalho educacional. Portanto, a Constituição Federal de 1988 é considerada um marco para a Educação Infantil, na visão de professores e estudiosos da área, visto que foi resultado de um movimento de discussão

entre a população e o poder público. Segundo Guimarães (2011) esta conquista é fruto de intensas lutas e discussões da sociedade civil.

Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, que segundo Ferreira (2000, p.184), além de inserir as crianças e os adolescentes no mundo dos direitos humanos, serviu como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança, enxergando-a como autora do seu próprio desenvolvimento. Para tanto, o autor afirma que “o ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças”.

Posteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), surgiu em 1996, reconhecendo a educação infantil como primeira etapa da educação básica, e estabelecendo que “a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996) De acordo com Paschoal (2009):

“[...] verifica-se um grande avanço, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.” (PASCHOAL, 2009, p.9)

Dois anos após a aprovação da LDB, em 1998, o Ministério da Educação publicou um “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998a) e “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998b), documentos que contribuíram para pensar a educação infantil, com diretrizes e normas, de modo a embasar a reflexão sobre os objetivos, conteúdos e orientações para profissionais desta etapa de ensino. Vale salientar que o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” ressalta que “*educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada*” e que “*o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural*”. (BRASIL, 1998a, p.23). Entretanto, segundo Guimarães (2011) “esse documento gera sérias controvérsias na sociedade e na academia.”



“Por um lado, o documento situa a educação infantil como lugar de construção de identidade e da autonomia das crianças, baseadas em relacionamentos seguros e aconchegantes, objetivando que elas cresçam como cidadãs com direitos reconhecidos. Por outro lado, o modo como se estruturam conteúdos e metodologia mostra preocupação com a antecipação de encaminhamentos próprios ao Ensino Fundamental.” (GUIMARÃES, 2011, p.27).

Entre os anos de 1998 e 1999, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, o documento intitulado Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), com o objetivo de direcionar os encaminhamentos pedagógicos. De outro lado, também foram aprovadas nessa época as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, apresentando preocupação com a qualidade do atendimento às crianças.

Ainda com todo avanço referente às políticas educacionais no Brasil, o acesso das crianças na creche e na pré-escola não era considerado suficiente, visto que haviam poucas instituições de atendimento às crianças pequenas. De acordo com Barreto (1998) “apesar do avanço da legislação (...), também é importante considerar os inúmeros desafios impostos para o efetivo atendimento desse direito, que podem ser resumidos em duas grandes questões: a de acesso e a da qualidade do atendimento”.

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p. 25).

Nesta ótica, é possível compreender que alguns desafios do atendimento enfrentados pela educação infantil fazem parte do contexto histórico. Entretanto, na busca pela qualidade, no ano de 2001, através da Lei nº 10.172/2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado com o objetivo de estabelecer metas e cumpri-las no decorrer de dez anos, referente a todos os níveis de ensino. Ao considerarmos a desigualdade do acesso, vale ressaltar que um dos objetivos do documento é “reduzir as desigualdades sociais e regionais no que diz respeito à entrada e à permanência da criança, visto que a desigualdade de acesso é bastante significativa nas classes menos favorecidas”

(BARRETO, 2003). Desse modo, inicialmente foram estabelecidas pelo PNE, vinte e seis metas referentes à Educação Infantil, no entanto, serão destacadas três metas que tratam sobre a oferta e o atendimento na educação infantil: A meta número 1, que ressalta a ampliação da oferta de atendimento das crianças de 0 a 5 anos. A meta número 18, que trata da qualidade da educação, sendo assim propõe a oferta e o atendimento com qualidade, visto que é necessário promover para a criança não apenas o acesso, mas também uma educação de qualidade. E por fim, a meta número 23, que propõe estudos sobre o custo da educação infantil, com o intuito de melhorar a qualidade no atendimento desta etapa da educação básica.

O Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI) do Departamento de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, definiu em 2006, o documento Política Nacional de Educação Infantil, com diretrizes, objetivos, metas e estratégias, com o objetivo de *“contribuir para um processo democrático de implementação das políticas públicas para a educação infantil.”* (BRASIL, 2006, p.3) Para tanto, as diretrizes reconhecem que *“A Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação, tendo uma função diferenciada e complementando à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas”*. Além disso, ressaltam que *“É dever do Estado, direito da criança e opção da família o atendimento gratuito em instituições de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos.”* (BRASIL, 2006, p.17)

Ao pensarmos nos objetivos referentes a oferta e ao atendimento, ressaltados na Política Educacional de Educação Infantil, vale destacar: *“Garantir o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil”*; *“Expandir o atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade, visando alcançar as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação e pelos Planos Estaduais e Municipais”*; *“Assegurar a qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas.”* (BRASIL, 2006, p. 21) Sobretudo, ao tratarmos das metas estabelecidas na Política Nacional de Educação Infantil, é importante enfatizar a meta que visava *“Atender, até 2010, 50% das crianças de 0 a 3 anos, ou seja, 6,5 milhões, e 80% das de 4 a 6 anos, ou seja, 8 milhões de crianças.”* No entanto, apesar do aumento constante desde 2005 na porcentagem de crianças atendidas na educação infantil de acordo com o PNAD, esta meta não foi atingida; e em 2011, apenas 24,5% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches.

Ainda em 2006, o MEC elaborou os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil com o intuito de atender às determinações estabelecidas no PNE (2001-2010) referente à qualidade na Educação Infantil, onde está estipulado o objetivo de “*estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a doção das medidas de melhoria da qualidade.*” (BRASIL, 2001, p.14)

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil estão divididos em dois volumes. O primeiro volume traz contribuições acerca do que é qualidade na Educação Infantil, além de ressaltar a concepção de criança e infância em que o documento está baseado. Neste sentido, o primeiro volume reconhece e destaca a criança como “um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura.” (BRASIL, 2006, p.13) Para tanto:

“É importante destacar que se a Educação Infantil agora constitui a primeira etapa da Educação Básica, a ela se aplicam todos os princípios e diretrizes voltados para a educação de forma geral. Traduzir os princípios legais em transformações na realidade da educação no país torna-se um desafio a ser superado por todos os níveis da Federação. Tanto em relação ao acesso quanto em relação à qualidade do atendimento existente, a distância entre o que a lei prescreve e as demandas sociais, de um lado, e a realidade das redes e das instituições de educação infantil, de outro, ainda é grande, especialmente para a faixa de 0 a 3 anos.” (BRASIL, 2006, p.40)

O segundo volume apresenta as competências para a garantia de uma educação infantil de qualidade, além de apresentar parâmetros referentes a proposta pedagógica da instituição e ao trabalho dos educadores. Assim sendo, o segundo volume compreende que “*sistema educacional de qualidade é aquele em que as instâncias responsáveis pela gestão respeitam a legislação vigente, têm papéis definidos e competências delimitadas e apoiam financeira, administrativa e pedagogicamente as instituições de Educação Infantil a ele vinculadas.*” (BRASIL, 2006, p.13) Nesta perspectiva, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, segundo o MEC são “*um fator histórico da maior importância para a Educação Infantil, não apenas pelo conteúdo apresentado, mas pelo seu significado no seu contexto da legislação e das conquistas para esta primeira etapa da Educação Básica.*” (BRASIL, 2006, p.3)

Em 2013, através da alteração na Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil que atendia crianças de zero a seis anos de idade, passou a ser concebida: “IV –em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.” Partindo desta premissa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) evidenciou “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, Art. 29), regulamentando assim o Art. 4º, que define o dever do Estado com educação escolar pública mediante a garantia de: II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. Neste sentido, de acordo com o Art. 30, as instituições públicas passaram a ter a obrigatoriedade de ofertar às crianças o ensino gratuito, em I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Nesta ótica, a LDB/96 nos remete às fundamentais contribuições para a educação infantil, de acordo com o Art. 31, a organização, incluída pela Lei nº 12.796, de 2013, deve se dar de acordo com: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; IIV - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Em 2014, entrou em vigor um novo Plano Nacional de Educação (PNE), ainda com o atendimento na Educação Infantil como um grande desafio a ser enfrentado em todo o Brasil. Com vigência de dez anos o PNE (2014-2024) traz como meta: “1) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.” Vale ressaltar que “ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos” era uma meta já estabelecida no primeiro PNE (2001-2010) e que já deveria ter sido atingida. Com isso, é notório que o desafio do atendimento na educação infantil continua presente, embora tenha-se constatado segundo dados do IBGE (2013) que “PNAD 2012 revelam que ocorreu um crescimento substantivo de acesso ao sistema educacional brasileiro na última década, especialmente em relação à educação infantil.”

Em 2016, após dois anos de discussões no Congresso Nacional, o Marco Legal da Primeira Infância foi aprovado. A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, “*Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância*”, considerando a primeira infância os primeiros seis anos de vida ou setenta e dois meses de vida da criança. Para tanto, o Marco Legal da Primeira Infância é uma lei que traz conceitos voltados à promoção do desenvolvimento das crianças desde o nascimento até os seis anos de idade, ressaltando a criança como prioridade ao pensar nas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da criança e a formação do profissional que atua nesta faixa etária.

Kramer (2001) destaca que embora exista consenso da importância do direito das crianças no acesso à educação infantil, é necessário que haja certa problematização acerca dos avanços, retrocessos e impasses relacionados ao atendimento. Em suma, conseguimos elencar aqui alguns pontos da legislação e de documentos que nos permitem conhecer e analisar o atendimento das crianças pequenas no Brasil. Neste sentido, os pontos aqui abordados possibilitam iniciarmos a problematização acerca do acesso nas instituições de educação infantil, considerando o contexto histórico que há por trás das políticas educacionais referentes a essa etapa da educação básica. Partindo desta premissa, será possível analisarmos a política de educação infantil nacional com a política de educação infantil do município de Mesquita, que é o foco desta pesquisa, de modo a compreender como estas se relacionam.

## **1.2 A Política do Município de Mesquita para a Educação Infantil**

O município de Mesquita é o mais novo da Baixada fluminense, visto que sua emancipação do município vizinho de Nova Iguaçu ocorreu em 1999, após uma batalha judicial envolvendo o Comitê Pró-Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e o Supremo Tribunal Federal. Neste sentido, historicamente, as políticas educacionais da Prefeitura Municipal de Mesquita foram implementadas a partir de 1999.

Em 2011 estabeleceu-se a Lei Municipal Nº 014, que de acordo com o Art.1º “estabelece normas sobre a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mesquita e define as normas gerais para a sua adequada aplicação.” Desse modo, o atendimento das crianças e adolescentes do município de Mesquita tem o objetivo de assegurar o direito à alimentação, à saúde, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao respeito, à dignidade e à educação, que é o enfoque desta pesquisa.

A educação, portanto, é definida, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Mesquita, SEÇÃO VI, como “*direito de todos, dever do Estado, da família e da sociedade, e que “terá por base os princípios da democracia e da justiça social, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente”*. Para tanto, destaca-se que “*O ensino público municipal será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso à escola e a permanência nela; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber humano, sem qualquer discriminação à pessoa; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - gratuidade nos estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino; VI - gestão democrática; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - respeito ao conhecimento e à experiência extraescolar do aluno.*” Considerando o princípio “***I- igualdade de condições para o acesso à escola e permanência nela***”, focaremos no atendimento na Educação Infantil.

O Plano Nacional de Educação Infantil recomenda que “*Estados e Municípios elaborem ou adquiram seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil*” (BRASIL, 2006, p.27) Partindo desta premissa, temos em foco o Plano Municipal da Prefeitura de Mesquita.

Segundo o Plano Municipal de Mesquita, a educação infantil vem crescendo no município e o grande desafio encontrado pelas políticas públicas em relação a democratização do acesso e permanência na educação infantil, tem sido o aspecto demográfico e o pouco espaço territorial, tendo em vista a demanda da população por creches e pré-escolas. Desse modo, destaca-se que há: “[...] *um problema real no município, que é bastante povoado, mas falta espaço para a construção de novas creches.*” (2015, p.7)

A partir do ano de 2013, o Plano Municipal de Mesquita (2015) ressalta que aumentaram as ações referentes à valorização da Educação Infantil, principalmente as ações voltadas para a garantia de acesso e permanência dos alunos nas instituições de educação infantil da rede municipal. Desse modo, em 2014 “foram inauguradas 2 creches, foram reformadas 7 instituições, além do aumento de turmas para a pré-escola, com o objetivo de reduzir o número de crianças fora da escola.” (2015, p.6) No entanto, ainda assim o atendimento na educação infantil é um desafio educacional para o município.

Segundo dados do Censo escolar de 2016, o total de escolas públicas de Educação Básica no município de Mesquita é de 52 escolas. Já o total de creches e escolas públicas

que atendem o ensino infantil regular é de 25. Vale salientar que o Censo Escolar é “aplicado anualmente em todo o Brasil, coletando informações sobre diversos aspectos das escolas brasileiras, em especial as matrículas e infraestrutura.”

TOTAL DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	25 escolas
Matrículas em creches	1.071 estudantes
Matrículas em pré-escolas	1.522 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP 2016

Segundo o site do observatório do PNE, a porcentagem de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a educação infantil no município de Mesquita, é de 82,9%. Considerando as crianças de 0 a 3 anos essa porcentagem cai para 25,1%.

Pensando nas ações ligadas à valorização da Educação Infantil, segundo o Plano Municipal de Mesquita (2015) estas estão voltadas para a abertura de novas turmas nas escolas existentes para a pré-escola, e considerando que a maior demanda a ser atendida constitui-se na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, outras ações são: ampliar a Educação Infantil nas unidades existentes de acordo com estudos de demanda e procurar novos terrenos para a construção de novas unidades de Educação Infantil. Dessa forma, acredita-se que o acesso de crianças nas creches será ampliado e o acesso de crianças na pré-escola será garantido. Além destas, uma outra ação ressaltada no plano é a formação continuada para professores, auxiliares e toda equipe gestora, visando uma Educação Infantil de qualidade.

Como professora da rede, logo quando entrei para compor o quadro docente da educação infantil da prefeitura, em agosto de 2017, fui convidada a participar de uma reunião de boas-vindas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Nesta reunião, a secretária de educação apresentou um breve histórico sobre o município

e ressaltou a perspectiva sócio interacionista como eixo de trabalho da educação. Para tanto, ao tratar sobre a perspectiva sócio interacionista é imprescindível ressaltar Vigotski (1986), que entende o homem e seu desenvolvimento numa perspectiva sociocultural, ou seja, entende que o homem se constitui na interação com o meio no qual está inserido. Dessa forma, compreende-se uma relação dialética, que reflete a ideia de que o indivíduo não só internaliza as formas culturais como também intervém e as transforma. Nesta ótica, a educação infantil do município de Mesquita é pautada no sócio interacionismo, considerando que o desenvolvimento da criança é favorecido pelas interações sociais. Entretanto, embora na reunião tenha sido ressaltada tal perspectiva, não encontrei nenhum documento que descrevesse a respeito.

Além da perspectiva sócio interacionista, a educação infantil da Prefeitura de Mesquita têm se baseado em um documento que traz critérios e subsídios para o trabalho nas creches. O documento Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (2009) foi disponibilizado pelo Ministério da Educação, pela Secretaria de Educação Básica, pela Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica e pela Coordenação Geral de Educação Infantil. Com autoria de Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, o documento divide-se em duas partes: a primeira, “contém critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, que dizem respeito principalmente as práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças”; e a segunda parte, “explicita critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais”. (Brasil, 2009).

Neste sentido, a primeira parte do documento, escrita por Maria Malta Campos, traz critérios para a unidade creche, com o título “Esta Creche Respeita a Criança”, evidenciando assim que as crianças têm direito à brincadeira, à atenção individual, ao contato com a natureza, à um ambiente aconchegante, à alimentação sadia, à higiene e à saúde, ao movimento em espaços amplos, à proteção e ao afeto, entre outros. A segunda parte do documento, escrita por Fúlvia Rosemberg, traz critérios para políticas e programas de creche, com o título “A Política de Creche Respeita a Criança”, ressaltando que a política de creche respeita os direitos fundamentais da criança, está comprometida com o bem estar e o desenvolvimento da criança, entre outros. Desse modo, é notório que ambas as partes do documento se relacionam e complementam uma a outra, de forma a reforçar os direitos das crianças nas creches.



Em suma, o atendimento na Educação Infantil, tal como um direito de todas as crianças, garantido na Constituição Federal de 1988, é um desafio educacional enfrentado pelo município de Mesquita. Neste sentido, foram abordados aqui questões indispensáveis ao pensarmos no atendimento da educação infantil no município de Mesquita.

## **CAPÍTULO II**

### **Metodologia**

Esta monografia constitui-se de um estudo de natureza qualitativa e se compõe de uma pesquisa documental das Políticas Públicas de Educação Infantil relacionadas ao acesso na Educação Infantil no município de Mesquita, de observação participante e de entrevistas em profundidade em uma creche do município. Malinowski (1969) afirma que é necessário ter honestidade e clareza ao expor os dados da pesquisa, bem como a metodologia utilizada, e as condições em que a pesquisa foi realizada. Para tanto, foram realizadas: (i) análise documental; (ii) observações etnográficas da instituição; (iii) entrevistas em profundidade com a equipe gestora e com o grupo docente e (iv) observações etnográficas do contato das famílias com a gestão.

De acordo com Gil (1994) utilizar documentos como fonte de pesquisa é importante e de grande valia, visto que “os dados documentais são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade” (GIL, 1994, p. 153). A análise documental foi realizada ao longo da pesquisa, possibilitando a escrita do capítulo I, e permitindo ao capítulo III a interlocução entre a legislação e o real processo de ingresso das crianças na instituição.

A escolha da instituição pesquisada não foi feita ao acaso. No ano de 2016 realizei o concurso para professora de educação infantil do município de Mesquita. Em junho de 2017 fui convocada e no dia 21 de agosto de 2017 tomei posse de tal cargo na creche analisada neste estudo. Desse modo, as observações etnográficas da instituição aconteceram durante o terceiro trimestre de 2017, onde observei falas e interações da gestão, dos funcionários e da comunidade acerca do procedimento de matrícula. No dia 11 de dezembro de 2017 acompanhei, como pesquisadora, o processo de sorteio para ingresso das crianças no ano de 2018, realizado pela equipe gestora junto a representantes da Secretaria Municipal de Educação, o que me auxiliou a compreender a lógica do sorteio do município, que será explicada no capítulo III.

As entrevistas em profundidade com a equipe gestora e com o grupo docente foram feitas entre novembro de 2017 e janeiro de 2018. O roteiro de entrevistas foi semiestruturado, de modo a propor perguntas que permitissem obter resultados mais aprofundados sobre as percepções dos entrevistados. Este questionário foi dividido em algumas partes, sendo estas: dados pessoais, apresentação, gestão, procedimentos de matrícula, transferências entre creches e escolas, e interações com as famílias.

Além dos estudos dos autores dedicados ao campo da educação infantil, como Sônia Kramer, Daniela Guimarães, Patricia Corsino, Deise Nunes, Vital Didonet, Flúvia Rosemberg, Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade, o trabalho de outros pesquisadores subsidiará as análises presentes nesta pesquisa, de modo a dialogar com as observações etnográficas e com as entrevistas.

Ser professora da Prefeitura Municipal de Mesquita permitiu que eu me aproximasse do cotidiano escolar, e diante da pesquisa monográfica foi necessário que eu me distanciasse das práticas cotidianas que já considerava “comuns”. Segundo Gilberto Velho (1978) é necessário manter uma distância e parcialidade do objeto estudado para que se consiga manter a objetividade na investigação daquilo que nos parece familiar. De acordo com o autor “podemos estar familiarizados com certa paisagem social, mas não significa que se compreenda a lógica de suas relações. Há dificuldades na análise do que é familiar: classificação e rotulação de acordo com os princípios nos quais fomos socializados.” (VELHO, 1978, p.08) Partindo desta perspectiva teórica, pude sentir e vivenciar as dificuldades citadas por Velho, já que aquilo que me parecia familiar vai muito além do que considerava conhecer. Neste sentido, no papel de pesquisadora pude perceber aspectos diferentes nunca antes pensados, embora não possa negar que ser professora contribuiu significativamente na minha pesquisa, pois me permitiu compreender melhor a lógica e o funcionamento da creche.

Tendo em vista a creche como uma “máquina” (BECKER, 2007), me esforcei ao olhar para todas as engrenagens que a constituem, de modo a “descobrir como essa máquina funciona, quais são suas partes, como elas se conectam e o que há dentro da caixa-preta” (PRADO, 2011). Para tanto, é importante ressaltar que tomei cuidado para não incluir juízos de valor sobre os sujeitos (FOOTE-WHYTE, 2005), portanto, embora esta monografia trate também das relações existentes entre os sujeitos, esta não é uma crítica às pessoas.

Nas palavras de Gilberto Velho, “a 'realidade' (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador” (VELHO, 1978, p. 129) Seguindo os pressupostos apresentados pelo autor, destaco que não foi uma tarefa fácil tratar essa perspectiva nesta pesquisa já que esta foi realizada em local familiar.

## CAPÍTULO III

### O acesso à Educação Infantil no universo pesquisado

#### 3.1 Conhecendo a instituição e o universo pesquisado

O município de Mesquita é o mais novo da Baixada fluminense, visto que sua emancipação do município vizinho de Nova Iguaçu ocorreu em 1999, após uma batalha judicial envolvendo o Comitê Pró-Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e o Supremo Tribunal Federal. A população, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE) de 2017, é de 171.280 habitantes.

Após a emancipação do Município de Mesquita, somente as ruas principais eram asfaltadas e haviam poucas residências no bairro. Inicialmente as pessoas foram atraídas pela abundância de água, considerando que o local possui cachoeira e o Rio Sarapuí, que juntamente com o Rio Iguaçu, formam a Bacia Hidrográfica do Iguaçu/Sarapuí. Sendo assim, grande parte do território foi habitado sem planejamento, e devido a impermeabilidade do solo, junto com a diminuição do espaço para o fluxo de água, algumas enchentes são causadas eventualmente. Além disso, o Rio Sarapuí encontra-se poluído e com risco de contaminação.

Em 2009, através da Lei Complementar N°009, que “*Dispõe sobre a criação de distritos e abairramento no Município de Mesquita e dá outras providências.*”, foram criados no município de Mesquita três distritos. A creche pesquisada localiza-se no 1° distrito do município, fica situada no bairro Chatuba e oferece atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade, dividindo-se em quatro “grupos”: Berçário I, que atendem crianças de 4 meses a 1 ano; Berçário II, que atendem crianças de 1 ano à 2 anos; Infantil II, que atendem crianças de 2 a 3 anos; e Infantil III, que atendem crianças de 3 a 4 anos.

As crianças que frequentam a creche, segundo a coordenadora pedagógica, são moradoras do bairro Chatuba. Este, começou a ser urbanizado aos poucos e ainda hoje apresenta necessidade de melhorias em sua infraestrutura, principalmente em relação às ruas não asfaltadas e ao saneamento básico. É considerado, segundo a direção da creche, um bairro com índice de violência elevado, uma vez que possui a presença do tráfico de drogas na localidade.

O prédio da creche pesquisada foi inaugurado em 2003. No primeiro andar estão localizadas três salas de aula, refeitório, cozinha, lavanderia, almoxarifado, um pátio descoberto, um pátio aberto, dois banheiros para uso das crianças e um banheiro para uso dos adultos. No segundo andar, estão a sala dos professores, a sala da direção, a secretaria, duas salas de aula, sendo estas uma do Berçário I e a outra do Berçário II, um banheiro para uso dos bebês e um banheiro para uso dos adultos.

A primeira vez que entrei na creche fiquei impressionada com a infraestrutura, minha sensação era de que havia pouco espaço para muita construção, desse modo não havia um espaço amplo disponível para as crianças circularem e brincarem. Não havia também espaços verdes, jardins, nem mesmo bibliotecas, apenas livros localizados na sala da direção para uso exclusivo dos professores, porém o acesso a estes é dificultado, pois há a necessidade da presença da diretora, da coordenadora ou da orientadora neste espaço para que possa ser utilizado. Com tais observações, logo recordei do documento Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (2009), no qual a Prefeitura de Mesquita baseia-se. Na primeira parte do documento, destaca-se que: *“nossas crianças têm direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante”*; *“nossas crianças têm direito ao contato com a natureza”*, *“nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos”* (2009, p.13), no entanto, questiono: Como esse direito é concedido as crianças se não há espaços propícios para isto?

O prédio não apresenta sinal de depreciação, no entanto, com 15 anos de existência necessita de alguns reparos anuais, como pintura, embolso, troca de bomba de água, entre outros. Apesar de tal necessidade, segundo a gestão, neste início de 2018, por exemplo, a creche não recebeu verba da prefeitura para reparos, sendo assim, a diretora precisou tirar dinheiro do seu próprio bolso para fazer algumas manutenções necessárias para receber as crianças nesse início do ano letivo.

A parte administrativa e pedagógica é composta por uma diretora geral, uma coordenadora pedagógica, uma orientadora educacional e um secretário. A diretora da

creche é alguém que ocupa papel fundamental na estrutura e no funcionamento dessa instituição. Pude notar durante as observações que esta diretora, aqui intitulada por “Tia Renata”, é alguém de participação ativa e direta com as crianças e suas famílias. Uma das falas presentes nas conversas entre os responsáveis das crianças é “Tia Renata está sempre disposta a nos ajudar”. A diretora, por sua vez, durante a entrevista, quando perguntei sobre o perfil da creche, relatou:

“ — Acho que é um perfil de acolhimento com a comunidade, a gente faz bastante trabalho pedagógico de acolhimento, que a gente respeita a história de cada criança, de cada família e a gente procura fazer esse movimento de reconhecer as famílias como parte da creche e trazer essas famílias pra dentro da escola, tanto que o nosso próximo projeto é de começar a estabelecer uma relação diferente com essas famílias, mais próxima.”

O grupo docente é composto por 7 professoras, sendo 5 professoras do turno da manhã e 2 professoras do turno da tarde. Com isso, faltam 3 professores para fechar o quadro docente e para que assim, todas as turmas possam ter professores nos turnos manhã e tarde. Segundo a orientadora educacional, a falta de professores se dá devido a localização da creche e o fator do bairro Chatuba ter o índices de violência elevados, sendo assim, os professores não escolhem a creche quando convocados nos concursos, ou se escolhem acabam ficando por pouco tempo, pedindo transferência ou desistindo do cargo. Além disso, a equipe de funcionários conta com 10 auxiliares concursados e um dirigente de turno. No entanto, somente com a quantidade de funcionários concursados, a creche não consegue cumprir o seu horário de funcionamento com todas as crianças matriculadas, que é de 7:15 da manhã às 17:00 da tarde, desse modo conta com o auxílio de funcionários contratados pela prefeitura. Sendo assim, a creche conta com uma média de 40 funcionários.

Em síntese, foi elencado aqui alguns aspectos importantes para compreendermos o universo pesquisado. Com base nisto, destaco o processo para o ingresso das crianças na instituição pesquisada.

### 3.2 O processo para o ingresso das crianças

Para iniciar, vale salientar que de acordo com a LBD artigo 4º “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...], Inciso IV- atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Desse modo, no município de Mesquita as matrículas das crianças são efetivadas de acordo com a idade, como é possível observar na tabela abaixo.

<b>Berçário I</b>	4 meses até 11 meses
<b>Berçário II</b>	1 ano até 2 anos a completar após 31 de março de 2018
<b>Infantil II</b>	2 anos a completar até 31 de março de março de 2018
<b>Infantil III</b>	3 anos a completar até 31 de março de março de 2018
<b>Infantil IV</b>	4 anos a completar até 31 de março de março de 2018
<b>Infantil V</b>	5 anos a completar até 31 de março de março de 2018

**Observação:** A creche pesquisada atende até o grupo Infantil III .

Partindo desta regra estabelecida pela legislação, temos como foco a análise do processo de ingresso das crianças na Educação Infantil, que de acordo com a Portaria SEMED 026/2017, “estabelece normas e procedimentos de matrícula de alunos na rede municipal de Mesquita para o ano de 2018 e dá outras providências”, e evidencia que: “Art. 18 – A matrícula inicial da Educação Infantil será realizada em duas etapas, pré-matrícula e matrícula para o ano letivo de 2018.”

A Secretaria Municipal de Educação de Mesquita (SEMED) instituiu o processo de matrículas online, em 2017, “com intuito de organizar a entrada de novos alunos nas turmas de Educação Infantil e garantir a isonomia a todos os munícipes.” Para tanto, foi

criado pela SEMED e pela Subsecretaria de Informática o site para a pré-matrícula online, destinado à crianças que ainda não estão matriculadas na rede municipal.



Imagem 1 | Fonte: <http://educa.mesquita.rj.gov.br/>,

Como podemos visualizar na imagem acima, o processo de matrícula da Educação Infantil no município de Mesquita se dá primeiramente através da pré-matrícula online, onde as famílias inscrevem as crianças no site, preenchem um formulário com: a) Nome completo da criança; b) Data de nascimento; c) Nome completo do responsável sem abreviaturas; d) Naturalidade (Município e UF); e) Sexo; f) Cor / raça. Além disso, as famílias escolhem três opções de creches ou pré-escolas (de acordo com a idade das crianças).

Em 2017, o período de pré-matrícula online ocorreu do dia 01/11/2017 até o dia 30/11/2017. No entanto, a dificuldade do acesso das famílias a este site foi um fato apontado pelo secretário da creche, tendo em vista que é algo recente, embora a prefeitura já tenha a intenção de informatizar o processo de matrícula há algum tempo. Durante a entrevista, a diretora ressaltou:

“— Há muito tempo a rede já vem tentando colocar a pré-matrícula online e agora em 2017 eles conseguiram implantar.”

Pensando na dificuldade do acesso das famílias para realizarem a pré-matrícula online, em entrevista com a professora do berçário II, ela informou que há escolas que oferecem acesso à internet para fazer a inscrição online no site. Neste sentido, vale salientar que nas secretarias de algumas creches e pré-escolas do município de Mesquita o(a) secretário(a) se dispõe a realizar a matrícula no site, visto que algumas famílias não possuem acesso à internet e não dominam o uso do computador. Deste modo, para o ano

letivo de 2018 algumas famílias foram à creche pesquisada para obter informações sobre a matrícula. Entre estas, houve casos de famílias que foram somente após o prazo da pré-inscrição pela internet e sendo assim, não conseguiram realizar a pré-matricula das crianças. Segundo a professora da classe Infantil II, isso se deu diante da pouca divulgação do site pela secretaria municipal de educação de mesquita e até mesmo pela equipe diretiva das instituições de educação.

Um fato que pude presenciar foi de uma mãe surda, que foi até a creche pesquisada em busca de informações a respeito da matrícula, no entanto, nem o secretário e nem a direção conseguiram se comunicar com a mesma, desse modo, não conseguiram explicar que já havia encerrado o período de pré-matricula online.

Posteriormente à pré-matricula online é chegado o momento do sorteio, o qual é marcado pela Secretaria Municipal de Educação de Mesquita em conjunto com os diretores das creches e pré-escolas. Para tanto, o sorteio é realizado de acordo com o formulário preenchido no ato da pré-matricula online, aqui já mencionado. Em 2017 o sorteio deveria acontecer na semana entre os dias 05/12 até 09/12, no entanto, na creche pesquisada o sorteio ocorreu somente no dia 11/12 e será explicado melhor no sub item 3.3.

A matrícula dos alunos sorteados foi realizada entre os dias 11/12/2017 e 19/01/2018. É importante salientar que de acordo com a Portaria SEMED 026/2017 “ V- os alunos não sorteados formam a lista de espera para o ano letivo de 2018 por Unidade Escolar” e “VI - Caso algum responsável não efetue a matrícula do aluno sorteado no período estipulado, as vagas serão disponibilizadas para os alunos da lista de espera da Unidade Escolar.” Desse modo, durante minhas observações pude presenciar uma mãe, que na primeira semana de aula de 2018, ligou para a creche perguntando sobre a matrícula do seu filho, que teria sido sorteado; no entanto, o secretário a explicou que tinha um período de matrícula, no qual ela provavelmente teria sido avisada, e que como não matriculou a criança, a próxima da lista de espera já tinha sido chamada.

Ao pensar na complementariedade descrita na LDB/96, no artigo 9º, relacionada a educação infantil e as famílias, indaguei a direção sobre a participação das famílias no processo de matrícula. A mesma ressaltou que os pais ou os familiares dão início ao procedimento através do site aqui já mencionado <http://educa.mesquita.rj.gov.br/>, e descreveu:



“— É, eles escolhem as instituições que eles querem. Online eles colocam a primeira, a segunda e a terceira opção. Não foi sorteado aqui, mas foi sorteado em outra creche que é aqui próxima, ele efetiva a matrícula nesta. Eles tem a primeira opção, mas não conseguindo a primeira, conseguindo a segunda ou a terceira... Acho que na minha concepção o mais importante pra eles é o filho estar matriculado.”

Partindo da perspectiva de tal concepção, a diretora, quando questionada sobre o que ocorre caso a família não fique satisfeita com a escola para a qual seu filho foi encaminhado, relatou:

“— Se as famílias não ficam satisfeitas elas vem e tiram, desistem da vaga, né? E elas (as mães) tem total liberdade pra isso. A gente ainda tenta perguntar o porquê da desistência, principalmente quando acontece no início do ano, entendeu? Mas aí é a carga da família, as vezes a família não se adapta a realidade de creche, né?!”

A partir deste questionamento refletimos sobre a adaptação na educação infantil, em interlocução com Tiriba (2001) que destaca a importância de *“humanizar os espaços, as rotinas e qualificar as relações entre adultos e crianças e entre os profissionais da creche e famílias, superando a distância e a superficialidade impostas pelo modelo assistencialista de atendimento.”* (2001, p.79) Ao escrever sobre tais relações, a autora nos auxilia a refletir que não somente a família deve adaptar-se à instituição, mas as instituições precisam estar preparadas para receber essas famílias, dialogar com elas, construir vínculos para que, juntas, possam complementar a função uma da outra, como explicitado pela Lei 9394/96.

Por outro prisma, pude observar que a diretora mantém um relacionamento direto com as famílias, inclusive, como já foi descrito anteriormente aqui, nas conversas com os pais das crianças é notório o discurso: “Tia Renata sempre está disposta a nos ajudar, é uma excelente diretora”. Há também, simultaneamente, uma preocupação da gestão da creche com as famílias das crianças e seu comportamento com relação à creche. A orientadora educacional, por exemplo, durante a entrevista relatou: “Eu busco conversar muito com as famílias, quando uma criança está faltando muito eu quero entender primeiro

porque essa criança está faltando, pra depois poder pensar em encaminhamentos e em todas essas questões.” A diretora, por sua vez, ao tratarmos sobre a questão da adaptação, nos relatou:

“— A gente faz no começo do ano uma reunião com as famílias, pra falar sobre a rotina da creche, sobre o que pode, sobre o que não pode, sobre o que é dever, o que é direito, a gente mostra a creche, aí depois a gente faz uma semana de adaptação, considerando o tempo de cada criança, porque cada criança tem o seu tempo, tem o seu ritmo... As famílias também precisam se adaptar a essa realidade, porque as vezes a criança não sofre naquele determinado momento, mas quem está sofrendo é a família, então a gente tenta nesse primeiro momento um acolhimento, sempre respeitando o tempo da criança, que às vezes chega no meio do ano e ainda está em período de adaptação, porque é um processo que vai aumentando gradativamente, porque é uma outra realidade, eles comem aqui, tem a hora do soninho... É uma outra rotina, diferente da casa deles.

Nas entrevistas com as professoras, foi comentado que em alguns momentos há uma certa dificuldade na relação com as famílias. Bondioli e Mantovani (1998) ressaltam que em alguns casos pode existir conflito entre a instituição creche e as famílias, visto que em determinados momentos estas possuem perspectivas diferentes acerca das crianças. Outra questão apontada pelos autores é a visão do modelo assistencialista da educação infantil, que enxerga a creche como um lugar onde cuida-se das crianças pequenas enquanto as mães trabalham. Nesta ótica, os profissionais da creche tendem a assumir funções maternas, o que pode gerar tais conflitos. De acordo com Tiriba (2001) em alguns casos as mães sentem ciúmes das crianças com os funcionários da creche, visto que estes estão cuidando dos seus filhos e passam parte do dia com eles.

Por outro lado, Tiriba (2001) resalta também que em alguns casos há como resposta das famílias um sentimento de gratidão pelo cuidado dos funcionários com seus filhos. Neste sentido, vale destacar que durante minhas observações na creche pesquisada pude notar a presença de vínculos de sociabilidade estabelecido entre a gestão e determinadas famílias.

Estávamos reunidas eu, duas professoras e a diretora na sala dos professores aguardando as demais professoras e a orientadora educacional para iniciar uma reunião pedagógica. Em uma conversa informal, a diretora então nos contou que a mãe de um aluno da creche gostaria muito que seu filho mais novo, um bebê de 6 meses, tivesse sido sorteado para o Berçário I; no entanto, não conseguiu no sorteio e estava aguardando a fila de espera. A diretora comentou que infelizmente não poderia fazer nada no momento e que ele estava em 7º lugar na fila de espera, mas que logo tentaria chama-lo. Além disso, destacou:

“— Essa mãe precisa muito, está grávida de gêmeos, e eu sei o quanto ela precisa dessa vaga.”

Perguntei então como ela faria já que a colocação da criança é 7º na fila de espera, com isso teriam outras crianças na frente dela a serem chamadas caso houvesse desistência, no entanto, ela sorriu e uma professora comentou: “— *Ah, o jeitinho brasileiro!*” Entretanto, a diretora relatou:

“— No momento ninguém quer desistir da vaga infelizmente. A mãe está super revoltada comigo, já me ligou várias vezes reclamando que eu não chamei o filho dela, mas infelizmente ninguém está desistindo da vaga. O pior é que eu sei que a criança está sofrendo fora da creche, ela precisa se alimentar e precisa dos cuidados mais básicos mesmo. Eu inclusive, juntei umas fraldas que tinham sobrado aqui do ano passado e doeí pra ele porque corta o meu coração. Mas no momento é impossível eu conseguir fazer alguma coisa.”

De acordo com Barbosa (2006) “o jeitinho é sempre uma forma especial de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida, ou uma solução criativa para emergência”. Roberto DaMatta (1979) explica que nos casos em que o “jeitinho”, a “malandragem” e a solidariedade são colocados como eixo de ação, existe uma “separação concreta entre a pessoa e a norma; entre uma lei geral, impessoal, universal, e a pessoa que se define como especial e merecedora de tratamento pessoalizante e separado.” Partindo desta premissa, questiono: O jeitinho brasileiro está presente no procedimento de matrícula desta instituição?

### **3.3 O sorteio na instituição pesquisada**

No dia 11 de dezembro de 2017 foi realizado o sorteio para o ingresso das crianças para o ano letivo de 2018. Ao falar sobre minha pesquisa monográfica para a diretora, demonstrei interesse em participar deste momento e ela permitiu. Neste sentido, no papel de pesquisadora pude observar o sorteio realizado pela equipe de gestão junto à representantes da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita (SEMED). Vale salientar que os professores não participam deste processo, desse modo, é notório que a minha participação se deu devido a pesquisa.

O sorteio foi realizado às 10 horas da manhã de uma segunda-feira, na entrada da creche. Com a presença das famílias, três representantes da SEMED, junto a direção, deram início ao sorteio explicando que seriam sorteadas: 10 vagas para o Berçário I, 5 vagas para o Berçário II, 15 vagas para o Infantil II e 10 vagas para o Infantil III. Foi então, pedido que fizessem silêncio para que a secretária de educação iniciasse o sorteio. Desse modo, os representantes da SEMED mostraram um envelope lacrado com os nomes de todas as crianças inscritas na pré-matrícula online e deram início ao sorteio.

Considerando este envelope lacrado, que segundo os representantes estavam os nomes e dados de todas as crianças inscritas na pré-matrícula online, questiono este procedimento, visto que as famílias assumem um papel de “hiperconfiança” relacionada aos representantes da SEMED e a veracidade do sorteio a partir de um envelope lacrado. Neste sentido, vale refletir sobre este procedimento.

Conforme as crianças iam sendo sorteadas, pude observar os olhares e as feições das mães ali presentes. Uma criança foi sorteada e não tinha nenhum responsável presente, desse modo os responsáveis das outras crianças reclamaram dizendo que deveriam sortear outra criança em seu lugar, que era injusto pois eles estavam ali presentes. Entretanto, um dos representantes da SEMED explicou:

“— É importante explicar pra vocês que embora a presença de vocês seja muito importante, não é obrigatória. Nós não podemos sortear somente os nomes das crianças que tem responsáveis aqui presentes. Na verdade, o sorteio vale para todos que fizeram a pré-matrícula online. A criança que foi sorteada e não tem o responsável aqui agora, vai ser avisado depois pela direção, que vai entrar em contato

dizendo que essa criança foi sorteada e os dias pra vir fazer a matrícula aqui na creche. O que pode acontecer é esse responsável não vir fazer a matrícula, que aí é considerada desistência da vaga e uma criança da fila de espera vai ser chamada no lugar da que desistiu. Mas vocês precisam entender que o sorteio é para todos, independentemente de estar presente aqui ou não.”

Um representante pediu então, que fizessem silêncio e continuaram o sorteio. Quando uma criança foi sorteada para o Berçário II, uma mãe gritou levantando as mãos para o alto: “— Graças a Deus!” No mesmo momento, outra mãe que estava próximo a mim gritou se direcionando a mãe da criança sorteada: “— Agora vai ter que trabalhar!”

As crianças estavam representadas por suas mães. Não consegui ver nenhum pai representando uma das famílias no momento do sorteio. Desse modo, a presença feminina tomava todo o espaço. Para tanto, vale recordar a história da educação infantil e a forte presença que a mulher possui em seu contexto histórico. Tiriba (2001) explicita que no Brasil as creches são instituições que nasceram como uma “compensação social” para as mulheres que trabalhavam fora do lar. Nesta ótica, Guimarães (2012) destaca que a creche se constituiu como um espaço de guarda e depósito de crianças para que as mães pudessem trabalhar. Através desta concepção assistencialista, é possível ressaltar dois aspectos observados nas falas e nas reações das mães no momento do sorteio. O primeiro aspecto está relacionado a presença maternal predominante no momento, como se a obrigação do cuidado das crianças pequenas estivesse exclusivamente sob responsabilidade das mães. O segundo aspecto está relacionado a creche vista como um direito das mães que estão no mercado de trabalho, e não como um direito das crianças; no entanto, o atendimento na Educação Infantil passou a ser reconhecido como um direito das crianças desde a Constituição Federal de 1988.

Antes de finalizar o sorteio, um representante da SEMED ressaltou:

“— As crianças que não foram sorteadas poderão ser sorteadas nas outras duas opções que vocês colocaram na pré-matrícula no site. Por isso, vocês devem ficar atentas, mães. Mas de qualquer forma a criança vai ficar na lista de espera e caso haja desistência ela vai ser chamada de acordo com o número dela

na lista de espera. Por conta disso, é importante que vocês fiquem atentas.”

Embora a educação infantil seja um direito das crianças, nas falas das mães ali presentes, era possível observar o pensamento inverso. Ao final do sorteio, a diretora ficou rodeada por mães de crianças que não tinham sido sorteadas e buscavam uma solução, um outro jeito para que seus filhos conseguissem uma vaga na creche. A diretora então explicou novamente, assim como um representante da SEMED já tinha explicado, que as crianças poderiam ser sorteadas nas outras duas opções de creche preenchidas no formulário no momento da pré-inscrição online; entretanto, elas estavam na lista de espera e caso houvesse desistências elas seriam chamadas. Então, as mães começaram a falar com a diretora e comigo, visto que estava próxima ao grupo:

“— Eu não posso esperar, eu preciso trabalhar!”

“— É um absurdo isso! Tem mãe que não trabalha e conseguiu a vaga e eu que não trabalho não consegui!”

“— Fulana (disse se referindo a uma mãe) vai trazer o filho dela pra creche e vai ficar dormindo em casa, eu que preciso trabalhar não consigo a vaga. Isso é muito injustiça.”

Diante de tais falas e reações, destaco Rosemberg (1984) que ressalta que “o fato da existência de creches se justificada principalmente pela necessidade, vontade de a mãe trabalhar fora de casa, acabou por emprestar à creche o caráter de instituição de emergência ou de substituição, restringindo-a a apenas uma parte das famílias.” Para tanto, a autora relata que a história da creche e seu número reduzido fazem com que muitos de nós não a conheçamos e, com isso, façamos dela uma imagem fantasmática, ou seja, construída longe do real. Desse modo, questiono a creche como uma instituição de direito de todas as crianças; no entanto, nem todas conseguem ser contempladas com a quantidade de vagas disponíveis. Sendo assim, torna-se difícil a conscientização de que a creche não é um espaço de compensação social (TIRIBA, 2001), mas é um direito da criança, com a finalidade do desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, como descrito na LDB/96, no Artigo 29º.

Ao final do sorteio, a diretora e os três representantes da SEMED foram para a sala da direção. Não fui convidada a entrar, portanto durante esse momento fiquei no corredor

observando e pude reparar quando o dirigente de turno passou de turma em turma pedindo para que os funcionários tivessem atenção pois representantes da secretária de educação estavam na creche.

Após, fui para a sala dos professores, onde estavam reunidas duas professoras no horário de planejamento. Elas estavam conversando sobre o sorteio e perguntavam uma para a outra:

“— Será que a irmãzinha do meu aluno do ano passado foi sorteada?”

“— Tomara que seja, porque essa mãe realmente precisa, né?!”

“— Ah, mas tomara que o irmão daquela minha aluna que dei aula no berçário não tenha sido sorteado não. Essa mãe de novo não! A menina já está saindo da creche, pra que outro filho entrar aqui?” (*risos*)

Tendo em vista esta conversa informal entre elas, observei falas semelhante à das mães no momento do sorteio, principalmente quando uma das professoras relatou:

“— Eu fico pra morrer com essas mães que não trabalham e ficam colocando os filhos na creche, menina. Tem amigas minhas da faculdade, formadas em pedagogia, que não trabalham, tem uma boa condição financeira, passam o dia todo em casa e ficam querendo colocar as crianças em creche sem necessidade. Já que não trabalham fora e tem condições, podem muito bem tomar conta das crianças.”

Segundo Corsino (2005) o barateamento do atendimento das crianças pequenas foi favorecido pelas características de doação e caridade. Nesta ótica, através da fala dessa professora podemos perceber mais uma vez o caráter assistencialista sendo evidenciado. Dessa forma, desconsidera-se o caráter pedagógico e um atendimento de qualidade.

Nos dias seguintes ao sorteio, a creche recebeu mães perguntando se alguma criança já teria desistido, qual a colocação na fila de espera ou se teria alguma outra forma de conseguir a vaga. A diretora, por sua vez, sabendo da minha pesquisa monográfica, me contou:

“— Nossa! As mães vem e contam as piores histórias pra gente ficar com pena. Contam que o tio, o pai morreu, que a criança não tem o que comer em casa... Tantas coisas! Elas acreditam que por conta das histórias que contam nós vamos conseguir a vaga. Parece competição pra ver quem tem a história pior. É muito triste.”

Contudo, pude notar que o sorteio gera expectativas nas famílias, na gestão e até mesmo nas professoras. O fato de “quem vai ser sorteado para essa creche” desperta curiosidade, desejos e medos. Na semana em que ocorreu o sorteio foi inevitável não ouvir comentários relacionado ao mesmo pelos corredores da creche.

“— Será que vão ser sorteadas crianças com mães tranquilas esse ano? Tomara, né?! ”

“— Tomara que o irmão do “Fulano” não seja sorteado. Pelo amor de Deus!”

“— O filho da “Fulana” tinha que conseguir ser sorteado, coitada. A família precisa tanto!”

Através da observação participante, pude compreender que o sorteio possui significado para os sujeitos ali presentes. Enquanto as famílias torcem para que seus filhos sejam sorteados, a gestão e os professores torcem para aqueles nos quais acreditam que necessitam mais da vaga. Dessa forma, há expectativa por de trás do sorteio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho monográfico buscou contribuir para o debate acadêmico acerca do atendimento na educação infantil. Dessa forma, a partir da pesquisa realizada foi possível confirmar que o atendimento na educação infantil é um desafio educacional encontrado no município de Mesquita. Para além, o esforço deste trabalho se concentrou em descrever o procedimento de matrícula em uma creche do município, buscando verificar se há “processos velados”. Sendo assim, esta pesquisa preocupou-se em colocar em foco as percepções da gestão e dos professores acerca do atendimento da educação infantil no município.



Durante as observações, pude notar um discurso constante na fala da direção: “Nós fazemos tudo de acordo com a lei.” Com isso, percebi um sentimento de receio perante à pesquisa. Além disso, a minha relação com a creche pesquisada trouxe também desafios enquanto pesquisadora. Um destes desafios foi a necessidade de mudar os rumos da pesquisa diante de uma situação inesperada, uma curiosidade ou algo novo que fosse surgindo.

Ao levar em conta as políticas públicas da educação infantil, compreendemos um grande avanço relacionado aos direitos das crianças pequenas. Considerando que a educação infantil tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento integral da criança, pude perceber que este objetivo é esquecido, visto que a pesquisa indicou a concepção de que o atendimento na educação infantil é um direito da mãe ou do responsável que precisa trabalhar. Constatei assim, que existe um abismo entre o objetivo do atendimento na educação infantil estabelecido nas políticas públicas, e o objetivo que realmente se efetiva na prática da creche pesquisada.

Outro ponto importante de ser destacado é a expansão do atendimento na educação infantil. De acordo com o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação de Mesquita, compreendemos que há a intencionalidade do aumento de crianças frequentando creches e pré-escolas. Reconhecendo que para o alcance dessas metas será necessário a construção de novos espaços, considero importante a reflexão acerca de quais espaços serão estes, se estarão propícios para um atendimento de qualidade e se realmente irão expandir o atendimento.

Diante das entrevistas com a gestão, o discurso de que a legislação era seguida em todos seus processos: pré-matricula online, sorteio e matrícula, esteve em destaque. No entanto, no decorrer da pesquisa pude observar falas referentes a chamada na fila de espera. O caso é que após o sorteio, as crianças não sorteadas, vão para a fila de espera e com isso, caso há desistência, como já foi mencionado anteriormente aqui, a criança é chamada de acordo com sua colocação. Entretanto, a pesquisa revelou que há a vontade por parte da gestão de “modificar” a chamada na fila de espera, nem sempre chamando as crianças de acordo com a ordem da colocação. Devido ao curto tempo da pesquisa não pude observar de fato este acontecimento, entretanto, as falas durante conversas informais evidenciaram isso.

Na análise de dados das entrevistas com as professoras, pude perceber a falta de informação sobre as políticas públicas de educação infantil referentes ao atendimento no

município. Desse modo, a pesquisa revelou também o quanto é importante para o docente conhecer as políticas de atendimento de educação infantil, para assim reconhecer o avanço referente a historicidade da educação infantil e o seu real objetivo.

Por fim, não posso desconsiderar que a pesquisa contribuiu de inúmeras formas em minha formação docente, principalmente me proporcionando lições acerca da observação participante e a reflexão sobre a minha própria prática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Livia. O Jeitinho Brasileiro: A arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CORSINO, Patrícia. Educação Infantil: a necessária institucionalização da infância. In: KRAMER, Sonia. (org.). Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação. 1. Ed. São Paulo: Editora Ática.

DaMatta, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. São Paulo: Editora Zahar, 1979.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2000.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1994.

GUIMARÃES, Daniela. "A relação com as famílias na educação infantil: o desafio da alteridade e do diálogo." Educação Infantil e Sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia (2012): 88-100.

GUIMARÃES, Daniela. Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado com a ética. São Paulo : Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores sociais municipais. Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 28).

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1976.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. (2006). *Política Nacional de Educação Infantil: Pelo Direito das Crianças de 0 a 6 Anos à Educação*. Brasília: MEC/ SEB.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Política nacional de educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

NUNES, Deise Gonçalves. **Educação infantil e mundo político**. *Rev. katálysis*, Jun 2009, vol.12, no.1, p.86-93. ISSN 1414-4980

OSTETTO, Luciana E. (Org.) Encontros e Encantamentos na Educação Infantil: Partilhando Experiências e Estágios. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PRADO, Ana Pires do. Fazendo antropologia em escolas cariocas. Trabalho apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) “Culturas, Encontros e Desigualdades”. Curitiba-PR, 2011.

RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSEMBERG, Flúvia. O movimento das mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche, cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 51, nov. 1984.

SANTARÉM, Ana Milena Cavalcante Zanetti. Apropriação: Um caso de jeitinho brasileiro. Brasília – DF. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. 2014.

TIRIBA, Léa. "Pensando mais uma vez e reinventando as relações entre creche e famílias." Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: SEPE: DP&A (2001).

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Políticas educativas para crianças de 0 a 3 anos. *Fractal, Rev. Psicol.*, Abr 2015, vol.27, no.1, p.68-73. ISSN 1984-0292.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. (org.) *A aventura sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIGOTSKI, Lev. S. (1896-1934) Imaginação e criação na infância: ensaio pedagógico: livro para professores / Lev Semionovich Vigotski: apresentação e comentários Ana Luiza Smolka: tradução Zola Prestes – São Paulo: Ática, 2009.

## **ANEXOS:**

### ✓ ENTREVISTA COM A DIREÇÃO:

#### **1. DADOS PESSOAIS**

- Nome:
- Idade:
- Estado Civil:
- Quantidade de filhos:
- Bairro em que reside:
- Qual é a sua formação (escolaridade)?

#### **2. APRESENTAÇÃO**

- Há quanto tempo você trabalha na rede pública de ensino?
- Por que escolheu a rede pública de ensino para trabalhar?
  - Há quanto tempo trabalha nesta creche?
- Quanto tempo permaneceu como professora?
- Exerceu algum cargo de gestão antes de ser diretora? Qual? Por quais motivos?
- Por que decidiu ser diretora?
- Como chegou ao cargo de diretora? (Indicação, eleição, algum tipo de processo seletivo?)
- Há quanto tempo exerce a função de diretora?
- Quais as suas funções, responsabilidades e atribuições como diretora?
- Qual o perfil dessa creche (alunos, professores, famílias e gestão)?

#### **3. GESTÃO**

- Além da senhora, quantas pessoas fazem parte do grupo de gestão da creche?
- Quem são?
- Quais são seus cargos, funções e responsabilidades?

#### **4. PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA**

- Como ocorre o processo de matrícula para os alunos que desejam entrar nessa creche? (O que os pais precisam fazer?) O que a creche faz?
  - Matrícula online?
  - Procurar alguém na creche?
  - Ir até à prefeitura?
- A partir de que período do ano começa a matrícula de alunos novos?
  - A creche recebe alguma orientação da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita sobre como deve ser o processo de matrícula de alunos na creche? De que tipo? Há alguma legislação específica?
  - Qual o procedimento quando um aluno perde o período de matrícula inicial e deseja estudar na creche?

#### **5. TRANSFERÊNCIAS ENTRE ESCOLAS**

- Qual o último ano de escolarização oferecido por essa creche?
- Quais os procedimentos para a organização da saída dos alunos que concluirão o Infantil 3?
- Quais são as fases desse processo?
- A gestão dessa creche define as escolas em que os alunos irão? Em caso positivo, como ocorre essa definição?
- Há algum tipo de contato entre essa creche e as escolas?
- Como vocês ficam sabendo da quantidade de vagas disponíveis nas escolas da prefeitura? Você prioriza alguma escola para enviar seus alunos? Por quais motivos?
- A SEMED participa do processo? Como?
- A família dos alunos participam desse processo? Como?
- Os familiares são informados sobre as regras para a saída dos alunos? Como?

#### **6. TRANSFERÊNCIAS INTERNAS**

- Vocês costumam receber alunos transferidos de outras escolas durante o ano letivo?
  - Com que frequência?
  - Por quais motivos (Desejo da família? Pedido da direção de outra escola?)

- Quais são os procedimentos nesses casos?

## 7. INTERAÇÕES ENTRE GESTÃO E FAMÍLIAS

- Os pais são convidados a escolher as escolas de educação infantil? Como ocorre essa escolha?
- Os pais conversam com a direção sobre as escolas para as quais desejam enviar seus filhos? Em caso positivo, em que momento do ano os pais começam a procurar a direção?
- A direção indica escolas para as famílias?
- Considerando as escolas de educação infantil da prefeitura, há escolas mais e menos procuradas. Quais são as mais procuradas? Por quais motivos? E as menos procuradas? Por quais motivos?
- O que ocorre quando a família não fica satisfeita com a escola para a qual seu filho foi encaminhado?
- O que acontece quando há muitos pais buscando a mesma escola? O que ocorre quando a demanda é maior do que a oferta de vagas em uma escola?
- Você tenta adequar o perfil do aluno ao perfil da escola que vai recebê-lo? Como isso é feito?
- A demanda das famílias por sua creche tende a ser maior ou menor do que as vagas disponíveis?
- Quais os procedimentos quando a demanda é maior?
- Quais os procedimentos quando a demanda é menor?
- Os alunos que são remanejados para sua creche tendem a permanecer na creche? Ou solicitam transferência para outras escolas/creches? Em caso de transferência, quais são os motivos mais frequentemente apontados pelos pais?
- Como você realiza a enturmação dos novos alunos? Quais são os critérios utilizados?
- Você costuma receber famílias procurando vagas porque estão insatisfeitas com as escolas para as quais seus filhos foram remanejados?
- Há um funcionário/gestor responsável por estes casos?
- Quais são os procedimentos nesses casos?
- Os familiares fazem algum tipo de cadastro?
- Existe algum tipo de fila de espera?

## **8. PAPEL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MESQUITA**

- Quais as funções da SEMED na distribuição de matrículas? (Quais as orientações da SEMED para a creche?)

- A SEMED participa (interfere) de algum modo no processo de matrícula? De que forma?
- A SEMED já indicou/enviou alunos para essa creche? De que forma? Por quais motivos?
- Com que frequência?

- Existem outras instâncias que influenciam a organização e a distribuição das vagas escolares? Quais? Como?

- Você costuma receber pedidos de vagas de alguém de fora da creche e da secretaria – políticos, empresários, religiosos? O que você faz nesses casos? E se forem funcionários da própria secretaria, de outras escolas ou de outros setores da prefeitura?

- Estamos terminando nossa entrevista e gostaria de fechar com uma questão livre. Seus alunos estão saindo da creche esse ano. Como a senhora imagina o futuro dessas crianças? Quais são suas expectativas?

### **✓ ENTREVISTA COM OS DOCENTES**

#### **1. DADOS PESSOAIS**

- Nome:

- Idade:

- Estado Civil:

- Quantidade de filhos:

- Bairro em que reside:

- Qual é a sua formação (escolaridade)?

#### **2. APRESENTAÇÃO**

- Há quanto tempo você trabalha na rede pública de ensino?

- Por que escolheu a rede pública de ensino para trabalhar?



- Há quanto tempo trabalha nesta creche?
- Há quanto tempo exerce a função de professor (a)?
- Quais as suas funções, responsabilidades e atribuições como professor (a)?

### **3. PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA**

- Você sabe como ocorre o processo de matrícula para os alunos que desejam entrar nessa creche?
  - Matrícula online?
  - Procurar alguém na creche?
  - Ir até à prefeitura?

### **4. TRANSFERÊNCIAS**

- Vocês costumam receber alunos transferidos de outras escolas durante o ano letivo?
  - Com que frequência?
  - Por quais motivos (Desejo da família? Pedido da direção de outra escola?)
  - Quais são os procedimentos nesses casos?

### **5. INTERAÇÕES COM AS FAMÍLIAS**

- Considerando as escolas de educação infantil da prefeitura, há escolas mais e menos procuradas. Quais são as mais procuradas? Por quais motivos? E as menos procuradas? Por quais motivos?
- A demanda das famílias por essa creche tende a ser maior ou menor do que as vagas disponíveis?